

resultado do trabalho de todo o setor pecuário paulista, incluindo o Serviço Veterinário Oficial, os produtores rurais, as indústrias produtoras de vacinas contra a febre aftosa e os estabelecimentos que revendem essas vacinas. A Resolução SAA n.74, de 27/11/2009, determina que anualmente a vacinação contra a febre aftosa seja obrigatória e efetuada no mês de maio, em todos os bovinos e bubalinos na faixa etária de até 24 meses e, no mês de novembro, em todo o rebanho. O presente trabalho divulga os procedimentos utilizados para registro da comercialização das vacinas e a declaração da vacinação com o emprego do sistema informatizado desenvolvido no Estado de São Paulo, e apresenta os resultados alcançados nas últimas etapas de vacinação realizadas. Os dados da comercialização de vacinas e a declaração da vacinação dos rebanhos são registrados pelo Sistema Informatizado GEDAVE (Gestão em Defesa Animal e Vegetal), desenvolvido pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP) em conjunto com a Coordenadoria de Defesa Agropecuária (CDA). O sistema pode ser acessado por funcionários da CDA e usuários externos, incluindo médicos-veterinários habilitados, revendas de produtos veterinários e produtores rurais. Na etapa de maio/2013 foram vacinados 4.123.352 bovídeos, 97,97% dos 4.208.756 envolvidos. Em novembro/2013 foram vacinados 10.222.109, 98,68% dos 10.358.526 animais envolvidos naquela etapa. Na etapa de maio/2014 havia 4.103.183 animais envolvidos, tendo sido declarada a vacinação de 4.069.543 bovídeos (99,18%). Em novembro/2014, foram vacinados 9.883.841 bovídeos (99,02% dos 9.981.723 animais envolvidos). Na última etapa, realizada em maio/2015, foram vacinados 4.173.816 animais, 99,43% dos 4.197.814 bovídeos envolvidos. O Estado de São Paulo tem apresentado elevados índices de vacinação contra a febre aftosa nas últimas etapas oficiais, o que auxilia a manutenção do reconhecimento sanitário pelo MAPA e pela OIE e possibilita a valorização da pecuária paulista. A utilização do sistema informatizado GEDAVE aumenta a transparência e a confiabilidade nos resultados obtidos pelo Estado de São Paulo.

Palavras-chave: Febre aftosa. Vacinação. Defesa sanitária animal.

32 ATENDIMENTO À SUSPEITA DE INTOXICAÇÃO POR AGROTÓXICOS EM APICULTURA NO CENTRO-SUL DO PARANÁ

Investigation of a Suspected Pesticide Poisoning in Honey Bees in Parana Central South
KAHLOW, C.1; MENDES, M. H. T.1; CASTRO, J. H. T.1; TOSATO, J. M. T.1; GARBELINI, R. P.1
1 Agência de Defesa Agropecuária do Paraná. Rua dos Funcionários, 1.559, CEP: 80035-050, Curitiba, PR, Brasil. E-mail: cassianokahlow@adapar.pr.gov.br.

A intoxicação por agrotóxicos é um problema cada vez mais frequente no cenário da apicultura nacional. Com a necessidade do controle de pragas por parte dos produtores, a influência de agrotóxicos nas criações apícolas localizadas em regiões próximas a essas plantações tem se tornado uma preocupação constante. O presente trabalho relata que houve mortalidade de abelhas por suspeita de intoxicação por pesticidas. A atividade foi realizada por fiscais de Defesa Agropecuária da Adapar, em fiscalização conjunta envolvendo as Gerências de Saúde Animal e Sanidade Vegetal. A sua descrição tem o objetivo de subsidiar o fiscal a campo, demonstrando as dificuldades encontradas na identificação causal, na colheita de material e no diagnóstico da mortalidade em abelhas. Em dezembro de 2014 houve uma denúncia de mortalidade de abelhas no município de Irati, em uma propriedade com aproximadamente 80 colmeias de *Apis mellifera*, dividida em dois apiários. O apiário próximo à residência possuía 60 caixas de abelhas e foi menos acometido, mas apresentou algum nível de mortalidade. O apiário localizado próximo à lavoura, com 20 caixas de abelhas, encontrava-se com mortalidade mais elevada. Foram inspecionadas várias caixas. Em duas foi observada altíssima mortalidade, com presença de abelhas adultas mortas dentro e fora da caixa. As abelhas sobreviventes estavam atordoadas e moribundas. Ambos os apiários manifestaram sinais clínicos semelhantes, em diferentes graus de acometimento. As caixas possuíam melgueira, ninhos e larvas normais com ausência de doenças aparentes e quadro clínico sugestivo de mortalidade súbita. Foi realizada a colheita de material, conforme descrito no Manual Veterinário de Colheita e Envio de Amostras do Mapa/Panafotosa, para exames de detecção de inseticidas. Porém, esses compostos orgânicos são de rápida degradação e difíceis de serem detectados, mesmo quando a amostra é congelada e enviada em tempo hábil. A grande maioria dos laboratórios não possui um protocolo específico para análise de resíduos de pesticidas em abelha, o que dificulta o diagnóstico definitivo. No caso relatado, não foi identificado o agente causal e o fechamento do caso foi realizado apenas pela observação e achados. A rápida identificação do quadro clínico, a fiscalização constante da correta aplicação de agrotóxicos na lavoura, a ação conjunta entre as áreas animal e vegetal e o conhecimento da metodologia de colheita e envio de amostras são ações que devem ser desencadeadas para propiciar correto diagnóstico, mas não mais importantes que a conscientização do produtor para a adoção de alternativas viáveis ao controle de pragas das lavouras que não tenham impacto sobre as abelhas.

Palavras-chave: Abelhas. Pesticidas. Mortalidade.

33 ATUAÇÃO DO SERVIÇO VETERINÁRIO OFICIAL DE RORAIMA NO ATENDIMENTO A SUSPEITAS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO OBRIGATORIA

Performance of the Roraima veterinary service officer on call a suspicious of mandatory notification of diseases

FARIAS, J. K. O.1; RODRIGUES, Y. S. S.1; BARBOSA, L. J. N.1; SOBENK, L.1
1 Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima. R. Cel. Mota, 1.142, Centro, CEP: 69301-120, Boa Vista, RR. E-mail: kleber27@bol.com.br.

No Estado de Roraima, com o aumento do corpo técnico concursado e o aprimoramento da estrutura geral do Serviço Oficial da Agência de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima (ADERR), houve um acréscimo no número de atendimentos a suspeitas de doenças de notificação obrigatória. Por exigência do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Instrução Normativa n. 50, de 24 de setembro de 2013, tais doenças devem ser informadas e investigadas, onde as medidas de saúde animal precisam facilitar o comércio seguro de animais e dos seus produtos. O presente trabalho efetua a comparação dos números de atendimentos com as ocorrências das doenças de notificação obrigatórias entre os anos de 2013, 2014 e de janeiro a agosto de 2015. Os dados obtidos foram oriundos das Unidades de Defesa Agropecuária do Estado de Roraima e enviados à Gerência de Monitoramento e Controle da ADERR, onde são processados, analisados e submetidos ao Departamento de Saúde Animal do MAPA. No ano de 2013 não ocorreram notificações, no ano de 2014 houve nove notificações e de janeiro a agosto de 2015, outras nove. Depreende-se, portanto, que no período de observação houve o aumento das notificações e suspeitas de doenças nos animais susceptíveis à síndrome vesicular e síndromes de notificação obrigatória no Estado de Roraima. **Palavras-chave:** Roraima. Serviço Veterinário Oficial. Notificação de doenças.

34 NOVAS OCORRÊNCIAS DE MORMO NO ESTADO DO CEARÁ

New occurrences of glanders in State of Ceará

CARVALHO, A. L. de 1; CARVALHO NETO, M. de 2
1 Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará, Av. Bezerra de Menezes, 1.820, CEP: 60325-002, São Gerardo, Fortaleza, CE, Brasil.

2 ADAGRI. Quixadá, CE, Brasil. E-mail: milton.carvalho@adagri.ce.gov.br.
O mormo é uma doença infectocontagiosa quase sempre fatal, que acomete os equídeos e o homem. Causada pela bactéria *Burkholderia mallei*, manifesta-se na forma aguda ou crônica, caracterizando-se pelo aparecimento de nódulos e ulcerações no trato respiratório e/ou na pele. A transmissão do mormo acontece principalmente pela ingestão de água e alimentos contaminados. É uma doença de importância sanitária e de notificação obrigatória. Os primeiros casos de mormo atendidos pela Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará (ADAGRI) foram registrados no ano de 2012. Nos anos de 2012, 2013 e 2014 houve, respectivamente, 11, 27 e 14 ocorrências da doença. Até o mês de setembro de 2015 foram registrados 12 equídeos com exames positivos para mormo no teste de Fixação de Complemento, realizado em laboratórios credenciados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Dos 12 casos do ano de 2015, nove já foram confirmados como focos da doença. As propriedades, localizadas nos municípios de Caucaia, Icó, Itapiúna, Jati, Iguatu, Aquiraz e Maracanaú, encontram-se em regime de saneamento, incluindo quatro animais com laudo anticomplementar, seis inconclusivos e 18 positivos, aguardando confirmação. Os outros três casos estão sendo submetidos ao teste imunológico da maleína. Enquanto não se caracterizam como foco, as propriedades foram interditadas, para evitar o risco de disseminação da doença. A ADAGRI tem intensificado as ações de vigilância e fiscalização do trânsito de equídeos e, principalmente, dos eventos pecuários, uma vez que as aglomerações de animais propiciaram a propagação do mormo. **Palavras-chave:** *Burkholderia mallei*. Mormo. Maleína.

35 CEARÁ: PROGRAMA ESTADUAL DE SANIDADE EQUÍDEA

Ceará: State program of Equid Health

CARVALHO NETO, M.1; CARVALHO, A. L.2
1 Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará, Quixadá, CE, Brasil.
2 Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará. Av. Bezerra de Menezes, 1.820, CEP: 60325-002, São Gerardo, Fortaleza, CE, Brasil. E-mail: milton.carvalho@adagri.ce.gov.br.

O Programa Estadual de Sanidade Equídea (PESE), incluído entre programas sanitários da Diretoria de Sanidade Animal da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará – ADAGRI, efetua o controle do mormo e da Anemia